

Lacan, secretário do alienado

Carlos Alberto Ribeiro Costa

Doutorando do programa em teoria psicanalítica da UFRJ, Bolsista CAPES, psicanalista, participante da Escola Brasileira de Psicanálise – EBP/RJ. Rua Doutor Celestino 42, ap^{ta} 606 – Centro, Niterói. Rio de Janeiro, CEP: 24020-091. Tel: 8844-3673. E-mail: carloscosta.psi@gmail.com.

Ana Beatriz Freire

Professora associada ao programa de pós-graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ em Teoria Psicanalítica, Pós-Doutora pela Universidade Paris VIII - França, psicanalista, correspondente da Escola Brasileira de Psicanálise - EBP.

Rua Pacheco Leão 536, Casa 20 - Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22460-030. E-mail: freireanab@hotmail.com.

Resumo

Este artigo visa a célere exploração do conceito de “secretário do alienado”. Partindo da referência lacaniana a este manejo clínico com a psicose, seguiu-se o rastro deixado por este autor, desde a emergência desta expressão no interior da clínica psiquiátrica, de J.P. Falret, até as referências da Psicanálise. O presente texto passa, ainda, pelo ponto de virada que fora, já em Psicanálise, a resposta freudiana ao livro de Daniel Paul Schreber e o encontro do próprio Lacan com seu caso *princeps*, Aimée. Por fim, propõe-se discutir a noção psicanalítica contemporânea de neotransferência.

Palavras-chave:

Secretário do alienado; psicose; Psicanálise, transferência, neotransferência.

“Secretário do alienado”. Esta expressão, hoje notória no campo psicanalítico, emerge para este discurso num contexto bastante específico da obra de Jacques Lacan: seu seminário sobre “as estruturas freudianas da psicose”, ministrado entre 1955 e 1956. A despeito desta ‘especificidade’ – espacial e temporalmente circunscrita –, Lacan designou por meio desse termo coordenadas fundamentais para a posição ética do analista perante a psicose. Dito de outro modo, estes princípios parecem resistir aos deslocamentos e às mudanças de ênfase instituídas por esse psicanalista nos diferentes períodos de sua elaboração teórica, conservando, portanto, seu valor e sua pertinência.

Se, no entanto, o sintagma “secretário do alienado” figura quase onipresente nos debates acerca do tratamento psicanalítico da psicose, não requereria este termo, justamente por sua ampla difusão, investigações que esquadrinhem seu lugar e suas incidências? Posicionando-nos deste modo, mister se faz aquiescer a uma série de interrogações a respeito da proveniência desta expressão na clínica da loucura¹, do modo como esta se articula a um determinado saber-fazer com psicóticos e, ainda, em se tratando de discurso analítico, do quanto esta posição permite avançar nas discussões sobre a transferência nos casos em que a estruturação se efetiva a partir da foracclusão².

¹ Com efeito, duas outras formas, também pertinentes, de abordar esta proveniência serão aqui descartadas, por implicarem um longo *detour* em relação à nossa questão: 1) a abordagem histórico-política “que apresenta como o secretário emerge na cultura ocidental como alguém que tem sua palavra confiscada em pró de um mestre que lhe paga para erigir e redigir um discurso que veicule a enunciação de seu senhor; e 2) a função do secretário nas experiências místicas “no que este se apresenta ao ‘sabedor’, ‘iluminado’ ou ‘tocado pelo divino’, como suporte para que estas experiências possam ganhar sustentabilidade “ nesta relação do sabedor com o divino “ e transmissibilidade “ ou seja, passagem ao laço social mais amplo (cf. em *Revue du Littoral n. 34-5, La part du secretaire*, Paris, 1992).

² Lacan o toma a palavra foracclusão da terminologia jurídica, em que este é sinônimo de preclusão ou prescrição. Na preclusão, algo é lançado para fora do “mundo jurídico” por não ter ocorrido nos prazos prescritos em lei. Assim também nas psicoses, algo é jogado para fora, fora da possibilidade de simbolização. Lacan apropriou-se do termo freudiano “*Verwerfung*”, atribuindo a este um sentido próprio e retraduzindo-o por “*forclusion*”, em português “foracclusão”. A “forclusão” é um processo próprio de como o psicótico toma os significantes, como se eles não fossem subjetivados. Estes, não obstante, por serem prescritos, não inscritos, ou seja, por estarem, por estrutura, fora da afirmação primordial, são tomados como ‘vindos do real, de fora’.

Recusando, de antemão, qualquer pretensão de esgotar essas indagações, o presente artigo requer para si o ofício de desenvolver, de maneira célere, estes questionamentos.

Este escrito delinea, pois, como seu justo objetivo, contribuir para o campo de discussões teóricas e clínicas a propósito do tratamento psicanalítico da psicose.

Lendo nas entrelinhas...

Vamos aparentemente nos contentar em passar por secretários do alienado. Empregam habitualmente essa expressão para censurar a impotência dos seus alienistas. Pois bem, não só nos passaremos por seus secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta – o que até aqui foi considerado como coisa a ser evitada. Não é por ter estado longe o bastante na sua escuta do alienado que os grandes observadores que fizeram as primeiras classificações tornaram sem vigor o material que lhes era oferecido? (LACAN 1955-56, p. 236).

Trata-se, neste fragmento, da exata passagem em que Lacan expõe, pela primeira vez – senão em sua obra, ao menos em seu seminário sobre as psicoses –, o termo sobre o qual aqui nos debruçamos. Neste excerto, ele propõe começar por “contentar-se em se passar por secretário do alienado”. Este “contentamento” precisa que, no manejo clínico, aquilo que até então devia ser evitado, ou seja, “secretariar o louco”, é a base sobre a qual o aporte psicanalítico da psicose deve ser erigido. A análise do contexto em que Lacan profere seu dizer explícita, pois, um verdadeiro “judô³” com relação ao uso habitual deste vocábulo. Em outras palavras, Lacan toma a acepção já estabelecida para este significante e reverte o significado vinculado a este; ao tomar os motivos da interdição não como algo a ser evitado, mas, sim, a ser cultivado, ele transforma as razões da censura em princípios. Mas em que secretariar o louco pôde ser considerado como algo censurável?

Prosseguindo, ainda, na análise da citação lacaniana por nós extraída, depreende-se que o termo “secretário do alienado” – ou mais precisamente

³ Lacan, em seu seminário XI, utiliza a expressão “judô com a verdade” (LACAN 1964, p. 185) para explicitar a manobra pelo qual se tornam, na dialética significante, argumentos ‘unívocos em ‘equivocos’.

“secretário do enfermo” – emerge, em sua primeira acepção, num campo diverso do psicanalítico, ou seja, na relação entre “alienista” e “alienado”. De fato, ao longo deste seminário de 1955-56, recorrentes são as menções a grandes nomes da psiquiatria clássica; nomes como os de Emil Kraepelin, Karl Jaspers, Gaëtan Gatian de Clérambault dentre outros são explícita ou implicitamente evocados “ uns à guisa de homenagem, outros por motivos não tão lisonjeiros⁴.

Do mesmo modo que com os nomes, Lacan debate francamente com noções advindas daquele campo, em comentários nos quais pululam conceitos como “processo”, “compreensão” e “organicismo”. Como entender o lugar desta contenda com a Psiquiatria no interior de um seminário dedicado às estruturas “freudianas”, e, por conseguinte, psicanalíticas da psicose? Tratar-se-ia de um contra-senso, de um recurso a um saber não freudiano para endossar uma clínica freudiana da psicose?

Ora, a resposta a esta questão é negativa. A postura de Lacan naquele seminário é, antes, efeito de uma retomada, como psicanalista, de sua própria trajetória como psiquiatra. É neste esteio que ele reconhece Clérambault pela analogia vista, *a posteriori* por Lacan, entre o “automatismo mental” e o “automatismo de repetição” da cadeia significante “ como “tendo sido” seu único mestre em Psiquiatria.

Em um processo equivalente àquele que coroaria de Clérambault⁵, Lacan, em 1956, ou seja, 24 anos após seu doutoramento em Psiquiatria, passa a reconhecer sua *Tese*⁶ – particularmente no que tange ao encontro *sui generis* com sua paciente “Aimée” – como aquilo que o impeliu ao discurso analítico.

É imbuído desse processo de “reinscrição” e “resignificação” que Lacan, numa ruptura consigo mesmo, explicita sua familiaridade com o debate “psicanálise-psiquiatria”, debate este que, ao contrário do que ele assevera ao longo desse seminário, não é facilmente acessível, “mesmo para aqueles que não são psiquiatras” (LACAN 1955-56, p. 66). Com o intuito de apreender aquilo que se coloca em jogo pelo ‘judô lacaniano’ com a expressão “secretário do alienado”, é preciso, logo, ‘ler nas entrelinhas’; a partir deste procedimento atinge-se tal manobra como correlata ao corte que Lacan imprime ao passar, uma vez mais, por seu trajeto anterior.

⁴ Cf em Leguil, F. “Lacan avec et contre Jaspers”, *Ornicar?*, n. 48, Paris, Navarin 11, 1980.

⁵ Coroamento à maneira lacaniana, que não exclui duras críticas.

⁶ Cf em *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade* (LACAN 1932).

Este “trajeto anterior”, contexto de re-emergência da expressão, exige uma pequena digressão rumo à acepção inicial do termo “secretário do enfermo” no campo psiquiátrico. Este fio nos conduzirá à obra de Jean-Pierre Falret, que, de acordo com François Sauvagnat em *Secrétaire d'aliené aujourd'hui* (1998), teria criado a expressão. Uma vez efetivado tal desvio, iremos nos lançar ao redor do *turning point* no manejo clínico da psicose, deflagrado em Lacan pelo encontro *sui generis*, em 1932, com sua paciente Aimée. Ali, a acoplagem entre transferência e secretariado faria daquela tese, como pontuou Roudinesco, “ainda uma tese em psiquiatria, mas, já, uma tese em psicanálise” (ROUDINESCO 1993, p. 66).

Falret e a interdição de se fazer “secretário do enfermo”

Vimos, em nossa retomada da expressão por Lacan em seu contexto, que havia um uso já consolidado dessa expressão. O excerto extraído do seminário de Lacan sobre as psicoses nos permite averiguar, ainda, que em seu uso inicial o termo ganhava uma acepção de censura: no campo psiquiátrico, esta expressão destinava-se a interditar àqueles que se ocupam – por meio da palavra – de seus pacientes, o que implica que a postura de secretário do alienado torna-se, nestes casos, sinônimo de impotência. Mas como apreender o lugar de tal censura na obra de Falret?

Começemos por dizer que, no legado transmitido a Lacan em sua formação como psiquiatra, a herança deixada por Jean-Pierre Falret foi dupla: ele foi, também, o criador das “apresentações de doentes”, – método utilizado a seu modo por Lacan “até o limite de suas forças” (MILLER in TENDLARZ 1998). Mas, se para Lacan o lugar de secretário podia articular-se ao método da apresentação de doentes, no contexto em que as apresentações foram forjadas por Falret este dispositivo surgiu como forma de propor uma abordagem mais “ativa e cientificamente” (FALRET 1864, p. 112) orientada da loucura, oposta à “passividade” inerente ao secretariar. Com a “apresentação”, Falret, em *Des maladies mentales et des asiles d'aliénés: leçons cliniques e considerations générales* (1864), criticava duas posturas encontradas, seja no público em geral seja nos pioneiros da psiquiatria: as posições de “romancista” e aquela de “narrador”⁷.

⁷ Com efeito Falret criticaria, ainda, duas outras posições: a de “somatista”, que relaciona o surgimento dos fenômenos mórbidos a lesões e estados físicos, desprezando o modo como uma ideia delirante gera outra, e a de “psicólogo”, que toma as perturbações como

Na postura de “romancista” o observador deixava-se guiar, ao deparar-se com os fenômenos da loucura – tidos por Falret como análogos aos fenômenos naturais –, pelo seu caráter estranho e fantástico. Ao deslumbrar-se com a excentricidade do fenômeno clínico, o psiquiatra descreveria o que tem diante de si, valorizando o “teatral”, o “literal” e o “romanesco” deste encontro; seria dado corpo, neste processo, a uma redução do real ao fantástico, através da chave de interpretação oferecida pelo senso comum.

Em uma palavra, você se deixaria guiar, na escolha das idéias e dos atos dos enfermos, por sua bizarría, sua singularidade, por seu caráter estranho e extraordinário. Você se esquecerá que observou enfermos, e você descreverá os alienados como fazem os romancistas. Ao invés de descrever a natureza tal qual ela é, você criará peças completas, com a ajuda de algumas idéias salientes emprestadas às que concebem as pessoas do mundo, e tais como se as representa nos romances ou nas peças de teatro. (...) você substituirá por suas idéias preconcebidas a observação exata da natureza (FALRET 1864, p. 110).

A essa postura, que bastante próxima ao senso comum falseia o real do “tipo natural” em prol do romanesco, se sucederia uma etapa superior na constituição do ofício de saber-fazer com a loucura; a postura de “romancista” deveria, portanto, ser suplantada por um primeiro passo “cientificamente orientado”, passo este a ser encontrado na postura denominada por Falret como a de “narrador”.

Se o “romancista” procede de forma a ‘literalizar’ a loucura, o “narrador”, por outro lado, procederá de modo a observar sistematicamente os fatos, agrupando as loucuras em famílias e gêneros, tomando em consideração os fenômenos positivos.

Você chegará assim pouco a pouco, partindo sempre de manifestações e de idéias mais salientes, a negligenciar as individualidades, para estudar os tipos, a observar os caracteres comuns, e dar de ombros aos caracteres individuais. (...) É assim, por exemplo, que, ao invés de observar tal maníaco em particular, você observará o maníaco em suas características gerais (FALRET 1864, p. 111).

lesões de faculdades escolasticamente construídas, posições estas que, por não terem relação direta com nossa questão, não serão aqui abordadas.

Não obstante, se isto propicia um passo em direção ao procedimento científico, segundo Falret, este saber-fazer com a loucura não possibilitaria, ainda, o seu conhecimento efetivo: “Insistiremos todo o tempo sob suas imperfeições, que nos farão lhes designar sob o nome de procedimentos de narrador, e nós procuraremos lhe demonstrar que devemos hoje lhes substituir por um procedimento ainda mais científico” (idem, p. 112). Para ilustrar as falhas deste método, ele procede por uma espécie de ‘passeio virtual’ pelo Salpêtrière. Através de sua pena ele explicita uma experiência que teve com a chegada de um interno ao hospício que dirigia.

Após uma série de “hesitações e conflitos por parte da família”, um enfermo fora conduzido ao hospício. Grande era a inquietação que tomava o pensamento e a imaginação de seus pais e amigos ante a questão de como convencê-lo a ali ficar. Menor não era, também, o desconforto que os levava a tentar, com *finesse*, desviar do assunto quando dele o louco se aproximava. No dia seguinte à internação, qual não foi sua surpresa quando eles se informam que o enfermo tomou sua partida tranquilamente, “se contentando com a primeira explicação que lhe deram ou que se apresentou ao espírito”? Segundo Falret, o espanto dos pais e amigos “se satura” quando descobrem que o paciente, “de bom grado”, aceitou os regulamentos da instituição; passando uma noite calma, não perguntou sequer uma vez acerca do motivo pelo qual “foi bruscamente separado de sua família e da sociedade” (FALRET 1864, p. 130-131).

Na ausência de agitação e delírio, que permitem identificar prontamente a loucura, desarmado se acha o narrador. O lugar passivo de observador não permite perceber os “fenômenos negativos”, a falta de fenômenos esperados numa inteligência “regular”.

Para identificar os “fenômenos negativos” é preciso não se contentar apenas com os produtos do “trabalho mórbido da inteligência”, mas, sim, estudar o trabalho mórbido “nele mesmo”. Falret atenta, assim, para um importante passo: é preciso “investigar sua geração, sua filiação, sua ordem de sucessão, suas relações mútuas; é preciso, em uma palavra, conhecer a doença em seu conjunto” (FALRET 1864, p. 134). A saída deste impasse – ressalta – é tomar não apenas os fenômenos positivos, mas o “estado geral” ou “estado interior” do paciente como base para a construção de um verdadeiro “tipo natural” da doença. Para isso, era preciso não ouvir o paciente, não ser “secretário do enfermo”, posto que, se estes estados não são

transparentes “nem às pessoas comuns”, estes seriam muito menos apreensíveis a partir das deformações causadas pelas ideias mórbidas. Cabia, portanto, não observá-las passivamente, dependendo de sua espontaneidade, mas, sim, por meio das “apresentações de enfermos”, provocá-las, assumindo um “papel ativo”.

Nós lhes diremos então: se querem chegar a descobrir os estados gerais sobre os quais germinam e se desenvolvem as idéias delirantes; se querem conhecer as tendências as direções do espírito e as disposições de sentimentos que são a fonte de todas as manifestações, não reduzam vosso dever de observador ao papel passivo de secretário dos enfermos, de estenógrafo de suas palavras, ou de narrador de suas ações: estejam convencidos de que, se não intervêm ativamente, se tomam de algum modo vossas observações sob o ditado dos alienados, todo o estado interior destes doentes se encontra desfigurado ao passar pelo do prisma de suas ilusões e de seu delírio” (FALRET, 1864, p. 123).

A interdição em ser secretário do enfermo, que marca a proveniência da expressão, se desenha, assim, sobre dois pontos: 1) para conhecer a loucura não basta apenas tomar em conta os fenômenos positivos, mas, também, aqueles negativos e seu lugar no “quadro geral” da doença; e 2) é preciso uma “postura ativa”, tanto para explicitar e provocar os fenômenos encobertos – razão para a criação da “apresentação de doentes” –, quanto para propiciar o tratamento moral, sistematizado por Pinel, que visava reeducar o paciente em suas paixões e excessos, isolando-o das influências perniciosas. Vamos então resumir os princípios da interdição “falretiana” ao lugar de secretário do alienado. Trata-se: 1) de sair do “papel passivo”; 2) privilegiar o indivíduo enfermo em relação aos tipos estabelecidos; e 3) jamais separar o fato de seu contexto. Estas coordenadas visam alojar o enfermo como um acontecimento complexo, atravessado por múltiplas variáveis.

Embora possa haver certa pertinência nesses princípios, tal postura, por ser construída sob moldes organicistas, “proíbe a idéia de que um fenômeno elementar tenha um valor largamente causal” (SAUVAGNAT 1999, p. 23). Ao tomar a paralisia geral como protótipo para pensar o mecanismo mórbido “por ele mesmo”, incluem-se elementos estruturais que escapam ao “romancista”, ao “narrador” e ao próprio paciente, mas exclui-se, no mesmo golpe, o manejo clínico. Mesmo o tratamento moral, base das manobras clínicas

psiquiátricas na época, punha-se em suspenso ante a natureza puramente orgânica daquele real. O campo da palavra torna-se inoperante, o mesmo ocorrendo com o acesso ao lugar que os fenômenos clínicos denunciam na relação do psicótico com a enunciação.

Opõe-se, assim, ao rechaço à palavra do psicótico, o ‘judô lacaniano’ com o sentido e a função de secretário de alienado; no manejo proposto em 1955-56, trata-se, justamente, de tomar ao “pé da letra” a incidência significativa que deflagra os fenômenos na psicose. Ao incluir-se ativamente no quadro clínico, o analista, parceiro-receptor das construções do paciente, vê desvelarem-se os “fenômenos elementares” como “fenômenos de linguagem”. Este fazer implica, segundo Sauvagnat: 1) a possibilidade de isolar fenômenos patonômicos, ou seja, elementos que desvelam, por sua lógica imanente e não apenas por sua presença, o real da estrutura; 2) que estes elementos, e a conjuntura na qual emergem, se relacionam à problemática ulterior – à evolução e às possibilidades do quadro clínico; e 3) que estes sintomas, em sua relação intrínseca, dão indicação da estabilização, alojando, na clínica, as coordenadas daquilo que o sujeito pode vir a dispor como recursos.

Quanto a nós, acrescentamos ainda, atentando para os desdobramentos posteriores aos anos de 1950 sobre a clínica das psicoses, que a inclusão do analista, como secretário, no quadro clínico não se reduz aos fenômenos psicóticos que se encontram ‘a descoberto’, sendo possível, como no caso das “psicoses ordinárias”⁸, que a forclusão – mecanismo transfenomênico – se manifeste através de desencadeamentos não ruidosos entre Real, Simbólico e Imaginário.

Paradoxalmente, o manejo de secretário, explicitado por Lacan a partir da torção em relação à Psiquiatria, constitui uma postura que, antes de ser lacaniana, é, no essencial, freudiana; ela se erige desde o retorno às balizas do ‘ato inaugural’ despendido por Freud em sua análise das *Memórias de um doente dos nervos*, de Daniel Paul Schreber.

⁸ Termo reservado para designar aquelas formas de psicose cuja eclosão não seria evidente, ruidosa, ou patente.

Freud, secretário de Schreber?

Em “*De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*”, escrito que condensa o trabalho empreendido durante o seminário de 1955-56, Lacan – no auge de seu “retorno a Freud” – assevera não se tratar naquele momento de “ir além” deste, posto que a Psicanálise, em relação ao assunto, “voltara à etapa anterior” (LACAN 1956-7, p. 590). Ora, não por acaso este “retorno” fora o contexto a partir do qual Lacan exumou o sintagma “secretário do alienado”: em se tratando da abordagem psicanalítica da psicose, do saber-fazer do analista com a forclusão, o retorno às *Notas*⁹ freudianas sobre Schreber, de 1911, torna-se algo fundamental. O que Freud veicula neste texto?

Com efeito, Freud, em seu ‘ato inaugural’, não pôde deixar de ver que aquele livro compunha, verdadeiramente, uma espécie de “texto”, um trabalho com a literalidade da palavra no qual Schreber – entre autor e obra – encontrava-se preocupado. Esta manobra, aparentemente simples, incorre no acolhimento do *testemunho* relatado nas centenas de páginas do livro de Schreber; depoimento vivo de um homem sobre a loucura que, visceralmente, lhe habitava. De fato, Lacan não deixará de atentar, em seu seminário sobre as psicoses, para os fundamentos éticos deste modo de relação do falante com a linguagem: “O testemunho, não é por acaso que isto se chama em latim *testis*, é que se testemunha sempre em cima dos próprios colhões. Em tudo o que é da ordem do testemunho, há sempre empenho do sujeito...” (LACAN 1956-57, p. 51). Mas, teríamos nós indicações de tratar-se, nas *Memórias*, de um testemunho?

Já no prólogo daquele livro, Daniel Schreber escreve a respeito do que motivara seu ato de publicar uma autobiografia: “... creio que poderia ser valioso para a ciência e para o conhecimento de verdades religiosas possibilitar, ainda durante minha vida, quaisquer observações da parte de profissionais sobre meu corpo e meu destino pessoal” (SCHREBER 1903, p. 25). Ao tomarmos essa obra, desde seu início até seu final, faz-se difícil ignorar o quanto ela comporta, como característica sua, tanto a dimensão de “cifragem” – de nomeação de experiências que, por muito tempo foram indizíveis –, quanto de remetimento, à alteridade. Ao tornar públicos sua história, suas considerações e seus pensamentos, não estaria ele a partilhar

⁹ *Notas psicanalíticas sobre um caso de paranóia (dementia paranoídes)* (FREUD 1911).

com o restante da humanidade uma experiência da qual ninguém, a não ser ele, poderia nos dar testemunho?

Ora, é fato que para relacionar-se de tal modo à alteridade foi necessário a Schreber quase uma década de ininterrupto trabalho em pelo menos três grandes frentes: 1) pela apropriação dos delírios e das alucinações que se lhe impunham; 2) através do remanejamento de sua imagem corporal e do campo da realidade, desmembrados incontáveis vezes em fenômenos tão extraordinários quanto dolorosos; e 3) da tentativa de inscrever estes acontecimentos por meio de seu livro. Ele chega a nos confidenciar inclusive um tempo, durante sua segunda internação, em que ele não podia, em absoluto, proferir ao outro sequer uma palavra; terrificado com as investidas de “Deus” e das “almas provadas”, tinha ele como único recurso manter-se absolutamente imóvel; ele vivenciava, naqueles instantes, o império autista de um estupor catatônico. Ora, este “testemunho” e este trabalho de “cifração” receberiam *escuta* e *resposta*, literalmente arregimentadas por Freud.

Para corroborar este aspecto da resposta freudiana, basta atermo-nos a um pequeno, porém importante, detalhe: é fato conhecido que, ao publicar suas considerações sobre as *Memórias*, Freud não sabia do falecimento de Daniel Paul, ocorrido poucos meses antes. Na introdução de suas *Notas*, ele se dirige *diretamente* a Schreber, considerando que era possível que o autor das *Memórias* “ainda vivesse” (FREUD 1911, p. 24). Nessa mesma parte de seu texto há um ensaio, por parte de Freud, de um pedido de desculpas diante da possibilidade de Schreber sentir-se de alguma forma “ofendido” com suas considerações.

Freud, à maneira de um secretário, retoma *literalmente* as palavras do próprio Schreber e apela, de modo semelhante ao autor, para o mesmo amor à verdade, em razão do qual “... todos os sentimentos de caráter pessoal devem submeter-se a esta ponderação (idem, p. 45)”. Assim, neste judô, Freud respondera “ao pé da letra” a Schreber; ao construir sua análise das *Memórias* ele autenticava que, nesta, algo da esfera de um testemunho havia se posto. Freud toma aquela obra como o relato de quem “escreveu sua história clínica e publicou-a” (FREUD 1911, p. 23). Foi mesmo a partir dessa posição que Freud se autorizaria a dispor sua investigação sobre o escrito schreberiano. As notas de rodapé, periodicamente acrescentadas por Schreber, foram tomadas, por Freud – seu secretário –, como associações de um paciente em relação a seu enunciado, o que aponta uma vez mais

para a dimensão da enunciação schreberiana. A resposta freudiana fundava, então, a posição ética que assume que, com relação a seu *escrito-fala*, Schreber “ como artifice ” estava preocupado.

Vasta distância guarda essa postura em relação à forma pela qual este endereçar foi recebido por seu principal destinatário, o “conselheiro professor Doutor Flechisig”. Até onde é conhecido, este eminente médico sempre se furtava a responder à carta aberta que servira de prólogo àquele livro com algo mais que a indiferença. Pode-se especular, talvez, se outro tipo de resposta não poderia ter feito, ironicamente, toda diferença... Não obstante, se não é possível saber o que ocorreria se Flechisig acatasse tal carta, o que se sabe é que Schreber, em sua transferência com aquele médico (FREUD 1911), havia submetido todo seu dispendioso trabalho à importância da resposta deste médico:

... rogo-lhe, quase diria imploro-lhe (...). Ao apelar para seu interesse científico, permito-me confiar em que o senhor terá a plena coragem da verdade, mesmo que isto significasse admitir alguma pequenez, o que não poderia implicar sério prejuízo à sua reputação e dignidade aos olhos de qualquer pessoa sensata. (SCHREBER 1903, p. 30).

Poucos anos após a publicação de seu singularíssimo livro, Schreber viria a ter sua terceira e última internação. Esta crise, mais grave que as anteriores, resultaria em um gravíssimo processo demencial, que culminou em seu falecimento. A despeito deste trágico fim, é importante reafirmarmos que, de certa forma, uma resposta a Schreber, ainda que tardia, havia se constituído: ao contrário de Flechisig, Freud – à maneira de um secretário –, verdadeiramente a efetuou.

Esse ato inaugural, o de tomar a palavra do louco em sua literalidade – como cifração e como palavra – efetivara-se unicamente a partir do acolhimento dado àquele texto-fala que, como tal, exigia, nos limites do dizível, uma resposta. Destarte, o apelo aos fatores estruturais do aparelho psíquico – como estes puderam ser apreendidos a partir da experiência psicanalítica – torna-se uma importante ferramenta para que se possa atingir as devidas implicações e consequências éticas, clínicas e teóricas postas em jogo pela loucura. O recurso à fala e à estrutura da linguagem, vale dizer, o exame detido de seus diversos aspectos, registros e leis, torna-se assim manobra

indispensável para a apreensão da psicose em sua dimensão própria. Este é o passo ético imanente à postura de Freud diante da psicose, e é isto o que nos ensina Lacan como sendo o lugar do secretário do alienado.

Retomemos agora alguns pontos cruciais da posição de secretário do alienado: 1) vimos tratar-se nesta de tomar ao “pé da letra” os elementos e a lógica disposta pelos fenômenos na psicose, ou seja, de tomar a incidência significante mesmo quando esta opera como “causa de gozo” (LACAN 1972, p. 36) ou quando retorna no real, sob a forma de alucinações, significação delirante, fragmentações da imagem corporal, etc; 2) esta postura implica que o psicanalista, na ‘transferência psicótica’ (LACAN 1956-7, p. 590), é conclamado a ocupar um lugar compatível com aquele que é alojado pela forclusão em cada caso; e 3) como secretário o analista faz-se parceiro nas construções daquele que destas incidências nos dá seu testemunho. Dito de outro modo, à maneira de um secretário, o analista tem “confiscada sua própria palavra” (BLANC-SANCHEZ 1992, p. 9) em prol da escrita de um real que concerne ao psicótico, ofício para o qual o analista se faz suporte.

Temos, portanto, alguns encaminhamentos para as duas primeiras questões que iniciaram nosso artigo. Vimos que, como sublinhou Sauvagnat, Lacan nem inventa nem prolonga a expressão “secretário do alienado”; à maneira de um “judô” com as palavras, Lacan subverte seu uso, efetua um corte desde sua formação como psiquiatra e formaliza uma postura psicanalítica no que tange ao manejo clínico com a psicose. Resta-nos, então, uma pergunta: esta postura nos permite atingir algum avanço na elaboração da difícil questão que é a transferência na psicose?

Para respondê-la retornemos ao corte efetuado “em ato” por Lacan, em sua tese de 1932, momento em que, pela primeira vez em sua trajetória, acoplam-se a transferência e o secretariar o alienado; postura ocupada num tratamento que levava Lacan às portas do discurso psicanalítico, a saber, seu caso Aimée.

Lacan com Aimée

A noite apenas começava em Paris quando, em meados de 1931, aquela jovem senhora tornara-se parte da atribulada história da Psicanálise. Na abertura do espetáculo de teatro “*Tudo vai bem*” – de Henry Jeanson –, o destino reservaria uma sutil ironia àquela até então tranquila noite: *nem tudo foi bem* quando a atriz Huguette ex-Duflos foi agredida a facadas por uma

mulher que se encontrava na plateia. Nos poucos instantes que precederam o ato, Marguerite, com alguma frieza, dirigiu calmamente uma pergunta à famosa atriz: “A senhora é que é a senhora Huguette?”. Golpeada, a diva reage de forma a tentar aparar com suas mãos a lâmina guiada por aquele olhar “injetado de ódio”. A opção por este modo de defender-se custara a Huguette a secção de dois tendões dos dedos de sua mão.

Passado aquele momento, ainda em grande excitação delirante, a agressora acusaria perante o delegado – e apenas perante ele – a atriz de perseguição. Aos jornais ela apenas dirá que a diva e o diretor da peça estavam “expondo-a ao ridículo”. Como dificilmente poderia deixar de ter sido, o ocorrido fora amplamente noticiado, recebendo extensa atenção por parte da imprensa e da opinião pública. A agressora, que Lacan tornaria conhecida sobre o pseudônimo de Aimée, foi presa naquela mesma noite.

Após algumas semanas na prisão, aos prantos e repleta de remorso e vergonha, a jovem senhora – prestes a completar 40 anos – confessa às colegas de cárcere que a atriz, até então sua perseguidora mais implacável, nada havia feito contra ela. Assustadas, as companheiras então solidárias à causa de Marguerite relatam às autoridades o atual estado de coisas. A arquitetura delirante, em sua queda, havia ruído de “uma só vez”: “Como eu pude acreditar nisso” (LACAN 1932, p. 153), ela se pergunta algum tempo depois. Assim, ela é removida da prisão e torna-se interna no hospital de Sainte-Anne, onde fica aos cuidados do Dr. Lacan. A este momento segue-se um período de pouco mais de um ano e meio de “entrevistas quase diárias”.

Sabemos a posição de Lacan a respeito desta passagem ao ato: tratava-se de uma autopunição. A tomada em consideração pelo eu ideal e do agente crítico, o supereu – instâncias que se impunham às considerações de Lacan pela escuta de sua paciente – possibilitava entrever a amarração disposta entre o delírio, o alvo da agressão e a finalidade da passagem ao ato. Com o mesmo golpe que Aimée atinge este “puro símbolo” de seu ideal ela está apenas a se punir. Se era verdade que em meio às colegas de cárcere ela se sentira punida, ao atingir sua imagem em espelho, já era a si própria que ela castigava.

Se Aimée, todavia, chegara a Lacan desde aquela passagem ao ato, seu trabalho com o jovem psiquiatra explicitara dois outros aspectos: 1) os “escritos inspirados” – que Lacan submetera a vários literatos da época; e 2)

a relação de Aimée com os automatismos do delírio. O enigma disposto por esta relação tão particular com a letra e com o saber deixara como saldo, para Lacan, uma interrogação sobre a natureza desta literalidade que se impõe à revelia da vontade e da consciência do falante. Ao que parece, estes questionamentos culminariam na busca de análise pessoal por Lacan, começada durante a redação de sua tese. Mas se a sequência dos acontecimentos autoriza esta suposição, fato é que ante a transferência psicótica, por vezes, Lacan quase “lamenta” não ser, ainda, um psicanalista:

Talvez o psicanalista chegasse a penetrar mais profundamente no determinismo deste acontecimento, em suas seqüelas afetivas e imaginativas, e a apreender relações simbólicas sutis entre os elementos (LACAN 1932, p. 222).

Desse modo Lacan, já “fisgado” pelo discurso psicanalítico, ao ser confrontado pelo real daquela experiência com Aimée teria sido convocado a ocupar o lugar de secretário, mesmo que nesta convocação coubessem as limitações de sua formação. Não por acaso, 24 anos após aquela experiência, Lacan re-evoca, várias vezes sua tese pouco antes de proferir a asserção que resgata, em seu seminário de 1955-56, a função de secretário do alienado.

No debate em que se investiga a questão do saber-fazer psicanalítico com a psicose, o lugar de secretário emerge, pois, articulado a um modo de manejar a transferência. Não se trata, nesta postura, como critica Falret em relação à antiga acepção deste termo, de se fazer “taquígrafo” das palavras e ações do paciente. Como secretário, o analista verdadeiramente dirige o tratamento não ao ocupar um lugar de mestria, mas, sim, ao operar desde o real disposto pela forclusão. É a partir desta conjuntura que o analista poderá vir a manejar a transferência e fazer incidir os princípios de sua clínica.

Nesse sentido, assim como fez Freud ao apelar, usando literalmente as mesmas palavras evocadas por Schreber – palavras que concerniam a sua dolorosa verdade –, o analista admite que, mesmo onde o saber encontra-se a descoberto, decanta-se algo que forçosamente escapa. Para o clínico, o preço de se engajar neste dispositivo é pago com o apagamento de seu próprio ser nesta parceria com o alienado; esta é a condição para que, nesse espaço de endereçamento, se constitua a escrita: “Tudo que é escrito parte do fato de que será para sempre impossível escrever como tal a relação sexual. É daí que há certo efeito de discurso que se chama a escrita” (LACAN 1972, p. 49).

Ante essa função da escrita, que pode ou não culminar em efeitos literários – o secretário-analista não deve recuar, mister se faz tornar-se parceiro do psicótico em seu ofício de circunscrever o impossível numa vertente não fálica. Sendo assim, ao contrário do que se supusera Falret, a busca do real e o efeito de letra metabolizam um ao outro. Como sugere Jean Allouch, sob o ditado de Marguerite, Lacan escreve o caso Aimée (ALLOUCH 1997, p. 425-7) – não diferenciando a personagem da paciente, Lacan reivindica, em ato, a estrutura de ficção da verdade, mesmo na psicose.

Se o delírio e os “escritos inspirados” levam Lacan a se interrogar sobre a natureza desta literalidade, Aimée, verdadeira “namorada das palavras” (LACAN 1932, p. 191), fornece a Lacan, às portas do discurso analítico, uma primeira articulação entre amor e saber. Visando apreender este passo, Allouch propõe reler este encontro à luz do matema da transferência formalizado por Lacan em *Proposição de 9 de outubro de 1967*.

O matema da transferência na psicose?

Ainda que poucas e céleres retomadas marquem as elaborações posteriores de Lacan de seu caso célebre, ele não deixou de reconhecer seu interesse em fazê-lo. É nesta senda que em 1999 Allouch propõe, desde o matema da transferência, reler a posição ocupada por Lacan na transferência com Aimée. Ao erigir tal matema, em 1967, intentava Lacan atingir a estrutura da transferência para além das imaginarizações que a Psicanálise de sua época lhe destinava. É desde essa formalização que ele asseverará que “a transferência por si só faz objeção à intersubjetividade” (LACAN 1967, p. 252) – esta formalização demarca a relação do sujeito com o saber e com o rebotalho que é o objeto, e não com “outro sujeito”. Dito de outro modo trata-se, neste matema, de ‘desenlamear o sujeito do subjetivo’.

Matema da transferência

$$\frac{S}{s (S^1, S^2, \dots, S^n)} \longrightarrow S^q$$

Na primeira linha temos “S” como o significante da transferência, inaugurado a partir do corte que este imprime em relação a outro significante, para o qual este representa o sujeito do inconsciente. Este outro significante, “S^q”, é o significante qualquer, particular ao sujeito, não sendo este “um qualquer”, mas “qualquer um” próprio ao sujeito (LACAN 1967, p. 253).

Abaixo da barra encontramos “s” como o sujeito resultante deste processo e, entre parênteses, S^1 , S^2 , ..., S^n , ou seja o saber que se constitui no instante da suposição. Este saber, por seu deslocamento, deixa o referente – o sujeito a ser representado – “em suspenso”. Em resumo: esta máquina explicita sua homologia com a definição lacaniana, segundo a qual “o significante representa o sujeito para outro significante”.

Montado dessa forma, o esquema apresenta o sujeito suposto saber – doravante SSS – como consequência formal da articulação significante, o que implica, pelo menos, dois níveis de cortes. Num primeiro nível, aquele *fenomênico* “ centrado na experiência consciente –, quer o analisante quer o analista não se confundem com o SSS: é o “significante da transferência”, S^1 , que supõe o sujeito para o “significante qualquer”, como S^2 . Num segundo nível – consequência do primeiro –, a estrutura da linguagem faz objeção a apreensão *fenomenológica* – vale dizer, “compreensiva¹⁰” –, ao dispor, no efeito sujeito, um corte com a noção de intersubjetividade: o sujeito é efeito que emerge não entre dois sujeitos mas, sim, desde os significantes que tomam a matéria como meio de sua incidência. Com efeito, este último corte é, ainda, reduplicado “ no matema da transferência “ a partir do lugar que o objeto “a” – causa do desejo – virá ocupar nesta relação transferencial; em sua natureza de letra¹¹, “a” ocupa um lugar de extimidade em relação à própria estrutura da linguagem. Ora, esta estrutura deslindada por Lacan, não obstante, apresenta um importante problema no que concerne à nossa questão, vale dizer, ao manejo clínico, do secretariar a psicose: é com relação ao estatuto da “suposição” – inerente ao SSS – e do gozo na clínica da forclusão, que os psicanalistas irão se dividir.

Seria SSS compatível com a “certeza” presente em fenômenos psicóticos tão patentes quanto a significação delirante, as alucinações, etc.? Não estariam estes fenômenos não dialetizados, não articulados e em franca oposição à operação de suposição?

De acordo com Alfredo Zenoni, uma vez que há a confluência entre o saber e o gozo do Outro na psicose, caberia ao analista, diante da suposição de saber, ocupar, antes, uma posição de “sujeito suposto não-saber”. Intenta o autor, ao ressaltar este manejo, esvaziar o “saber prévio” – seja o saber delirante do paciente, seja aquele do clínico ou mesmo da equipe que dele se ocupa – em proveito do “saber a elaborar” (ZENONI 2008, p. 162) “ mais próximo à construção de balizas inéditas ante o pulsional. Esta posição *sui generis*, segundo o autor:

... não é muito desfavorável para encontrar um sujeito que sabe o que lhe acontece ou que é a significação do que se desenrola no lugar do Outro... O saber não é mais então somente "suposto", ele é, de algum modo, realizado pelo próprio sujeito, como sua referência ao gozo (idem, 163).

Se deste modo procede Zenoni, em seu aporte sobre a mesma discussão, Hanna (2000) propõe, como hipótese a ser investigada, outro termo como modo de sublinhar as particularidades inerentes à questão da "suposição de saber" na psicose: trata-se do termo, por ela disposto, "sujeito certeza de saber" (idem, p. 129). Ao seguirmos seu raciocínio apreendemos sua posição: é a certeza que se faz presente na "transferência psicótica" o que oferece o gabarito de inteligibilidade para o enlace entre sujeito e saber:

Orientados pelas elaborações de S. Freud e de J. Lacan, consideramos que a construção da realidade pelo delírio se suporta na transferência, que anteriormente denominamos de "delirante", porque situa o objeto do lado do sujeito. Essa transferência se articula fundamentalmente numa certeza "é ela que enlaça o sujeito ao saber (idem, 130-1).

Partindo desta posição, Hanna concluirá que nessa conjuntura estrutural caberia ao psicanalista manejar a transferência psicótica de modo a fazer com que a demanda inicial do paciente – que solicita, quase como "último recurso", intervenção, acolhimento, defesa ou intermediação – dê início a um processo, não de alienação no lugar de objeto a ser cuidado, mas, sim, de separação do louco do lugar de objeto de gozo. Em seu ofício clínico, o analista acolheria a demanda, fazendo-se, num só golpe, "destinatário" e "parceiro do delírio" (idem, p. 131). Propicia-se, deste modo, o aspecto assintótico do saber delirante; a realização apenas no infinito abriria caminho para uma relativização da certeza assim como para uma "platonização" do delírio "o que implica que o psicótico pode prescindir tanto da presença física de seu analista quanto de "passar ao ato".

Segundo Allouch, manejos como os propostos por estes autores nas releituras do SSS em função da psicose, não excluem, por si só, o uso do matema da transferência para pensar o enlace delirante. Uma vez que, segundo Lacan, os termos S^1 , S^2 , S barrado e "a" podem se encontrar, mesmo na paranoia (LACAN 1977), estes manejos parecem compatíveis com a

atualização desta “máquina” pelo sujeito e saber que advém, como efeito da forclusão, nas paranoias – casos enfatizados por estes psicanalistas. Mister se faria, portanto, extrair o máximo das possibilidades e o preço dos limites que este matema apresenta para o clínico; discussão que nos permitirá presentificar através do debate entre “suposição e certeza” na transferência psicótica, uma das oportunidades do analista, como secretário do alienado, propiciar a função de testemunho e escrita de um impossível na psicose.

Vimos, há pouco, que o sujeito suposto saber não coincide nem com o analista nem com o analisante. Do lado do analista, entretanto, há um manejo muito próprio do saber que é suposto e daquele que se deposita na análise. Como suporte desta operação, se por um lado o analista “nada sabe” deste saber – objetivamente e, mais propriamente, por sua abstinência em se fazer todo-saber –, por outro lado, nos diz Lacan, com relação à dimensão de cadeia de letras sem sentido que suporta este saber, o analista “tem que saber” (LACAN 1967, p. 254). Cabe aqui, pois, a pergunta: este “tem que saber” – imperativo que faz desta suposição algo necessário –, não guardaria uma relação paradoxal entre a certeza e o saber suposto?

De certo modo, como parece destacar Hanna, algo da certeza se compatibiliza com a dimensão do “necessário” presente no ato de supor: a suposição implica, ela também, “fazer presumir”, “uma hipótese, conjuntura ou alegação”, “como necessária” (HANNA 2000, p. 125). “Desta forma”, conclui ela, “podemos afirmar que o sujeito” na suposição, “presume como necessária à existência do saber, saber inconsciente”. (idem, p. 125).

O lugar da certeza, neste caso ligado ao ato do analista de reconhecer que algo se escreve (ou pode se escrever) nessa álgebra, é fundado no efêmero momento em que ele autoriza a transferência. Em seu seminário sobre as psicoses, Lacan, ao confrontar a significação delirante à certeza revela que, em geral, “a certeza é estritamente correlativa de uma ação na qual ele [o sujeito] está empenhado” (LACAN 1955-6, p. 90). Se de um lado a certeza se mostra concomitante ao saber-fazer do sujeito; de outro a questão parece ser se no matema da transferência o “ter que saber” comporta a certeza psicótica como índice do sujeito. Destarte, cabe investigar se nas psicoses delirantes, o matema da transferência pode ser relido desde a atualização do saber delirante e do sujeito não barrado ali presentificados.

O paranoico, ainda que possa, como vimos em Lacan (1972), aceder à divisão subjetiva, S barrado – comparece, ao mais das vezes, como S não

barrado, correlato a um saber não menos ilimitado. No cerne desta particularidade há aquilo que, quer em Freud " *Neuropsicoses de defesa* (FREUD 1892) – quer em Lacan – *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (LACAN 1964, p. 225) " encontramos sobre o nome de *Unglauben*. A *Unglauben*, a descrença, encontra-se estruturalmente atrelada à psicose:

Essa solidez, esse apanhar a cadeia significativa primitiva em massa, é o que proíbe a abertura dialética que se manifesta no fenômeno da crença. No fundo da própria paranóia ... reina esse fenômeno de *Unglauben*. Não é *não crer nisso*, mas a ausência de um dos termos da crença, do termo em que se designa a divisão do sujeito (LACAN 1964, p. 225).

Ao que parece, a ausência deste termo da crença, o sujeito barrado, seria, assim, objeção a que se atualize, mesmo na paranoia, o matema da transferência. Isto assim o seria se, de fato, o sujeito representado por este matema – imanente ao campo da suposição – figurasse, nesta escrita, unicamente como *s* barrado, o que não ocorre. Ao retomar-se o matema da transferência, disposto por Lacan em 1969, o "S barrado", mais próximo à representação do sujeito na neurose, dá lugar a "s" " que designa, simplesmente, o sujeito como efeito da incidência significativa. Abaixo da barra, encontra-se "s" em sua relação com o saber que, entre parênteses, como letra, se escreve.

Matema da transferência

$$\frac{S}{s (S^1, S^2, \dots, S^n)} \longrightarrow S^q$$

Uma vez que este sujeito não se encontra barrado, como usualmente Lacan representa o sujeito neurótico, não poderia designar este sinal o sujeito mesmo "na ausência de um dos termos da crença? Portanto, parece haver lugar para que algo deste "necessário" – inerente ao saber no ato de supor –, se ponha na representação que fazemos, a partir do matema, da transferência delirante. Assim pensando, a certeza mostra-se mais uma vez paradoxalmente ligada à hipotetização, ou seja, à suposição.

Postura semelhante é aquela tomada por Jean Allouch, ao reler o caso Aimée a partir do matema da transferência: Marguerite, como "sabedora",

encontrara neste “tem que saber”, presente no SSS, o suporte para que sua certeza fosse posta a trabalho. Ele proporá que o significante “Marcheteria de palavras” – nomeação que designa Aimée em sua relação à imposição da letra via delírio e “escritos” –, ocupará, neste caso, o lugar de “significante qualquer”, suporte do trabalho que culminara na relativização do delírio. Mas, se “Marcheteria de palavras”, como S_2 , ocupa o lugar de significante qualquer, cabe a “Aimée” –, significante que, nos delírios, nos escritos e nos atendimentos com Lacan representam Marguerite – o lugar de significante que inaugura a transferência.

Ante este trabalho, em que a certeza advém, não pelo “tem que saber” do ato do analista, mas, sim, do “tem que saber” da dimensão delirante, Lacan, ao comparecer numa posição que propicia a sustentação desta máquina, torna-se suporte para o enlace paranoico. Assim, ao recuperar os significantes presentificados na transferência por Marguerite, Allouch propõe a montagem do seguinte esquema:

Transferência no caso Aimée

$$\frac{\text{Aimée}}{S (S^1, S^2, \dots, S^n)} \longrightarrow \text{Marcheteria de palavras}$$

A certeza, não “antecipada” pelo ato do analista, mas presentificada como certeza delirante, não excluiria, *a priori*, o matema da transferência; o delirante, como “sabedor”, teria no analista um parceiro que, entre o papel de mediador e de endereço, suportaria a máquina formal da transferência. Mas se no caso das psicoses delirantes a discussão sobre a pertinência do matema se põe, há, contudo, outras formas desta parceria – que propicia o testemunho e a escrita do impossível na psicose “ se colocar. Tal seria o caso das esquizofrenias – em que o saber, a imagem e a realidade são experimentados como ‘espedaçados’– e do autismo “ que traz a marca de um rechaço ainda mais radical ao Outro como lugar da verdade do sujeito. Crucial é, pois, a partir do que se particulariza como possível em cada caso, abrir-se às novas formas de transferência.

A neotransferência

É por este viés que desde as *psicoses ordinárias* e dos *neodesencadeamentos* – distintos das rupturas descritas pela abordagem “clássica” – a *Conversação de Antibes* (1999) trouxe a discussão sobre as novas formas de transferência – as “neotransferências”. Privilegiou-se, ali, o debate sobre os enlaces e manejos clínicos desenrolados em situações nas quais a articulação significante, como tal, não se coloca. Se a referência à linguagem, como “elucubração de saber” (LACAN 1972, p. 190), ou seja, como saber estruturado, mostra-se, em certos casos, imprópria, o conceito de “alíngua” se erige como importante operador no que tange a novas parcerias entre o analista e o psicótico.

No que diz respeito ao presente trabalho, é partindo de um ponto bastante específico que interrogaremos, nas páginas finais deste escrito, a noção lacaniana de “alíngua” e os desdobramentos posteriores sobre as “neotransferências”: estariam estes desenvolvimentos em acordo com o trabalho de ‘catalisador’ do testemunho e do processo de escrita que é o ‘manejo secretarial’ da transferência na psicose? Quais as consequências imediatas do conceito de alíngua para se pensar o lugar de secretário do alienado?

Começemos por recolher, no ensino de Lacan dos anos de 1970, que a noção de “alíngua” engloba manifestações significantes não concernentes a um saber estruturado, ou seja, esta toca incidências linguageiras que “não se inscrevem no âmbito social da língua, ignoram a comunicação e não visam ao outro” (BASTOS e FREIRE, 2006, p. 33). Dito de outro modo, este conceito lacaniano permite, de um só golpe: 1) apreender o significante em sua faceta de “causa de gozo” (LACAN 1972, p. 36), vale dizer, em sua incidência “afetiva” no corpo do falasser; e, 2) como “enxame de significantes” (idem, p. 196), permite atingir o acontecimentos em que o significante encontra-se não articulado “ em sua função de produção de sentido “, mas, sim, como inscrição desarticulada e não enunciável:

Alíngua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é nos efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão além de tudo o que o ser que fala é suscetível de enunciar (LACAN 1972, p. 196).

Ao tratar a estrutura da linguagem como “elucubração de saber sobre alíngua” – ou seja, de alíngua passada pelo crivo do discurso do mestre e articulada em elementos discretos na estrutura –, a linguagem torna-se subgrupo dos possíveis tipos de saber-fazer. Poder-se-ia dizer, então, que em seu último ensino Lacan desliza a ênfase da articulação significativa para uma vertente mais artesanal do trabalho de escrita do impossível e do gozo. Esta concepção repercute, inclusive, sobre o motor da transferência: “quando enunciei que a transferência era motivada pelo sujeito suposto saber, isso era apenas uma aplicação particular, especificada, do que se faz nesta experiência” (LACAN 1972, p. 197). Assim, a hipótese da sessão de Antibes é a de que:

o que motiva a neo-transferência não é o sujeito suposto saber, mas a alíngua de transferência, enquanto o que permite que um significativo possa fazer sinais de algo que está fora do sentido: onomatopéia, cifra, marca” (MILLER 1999, p. 150).

Este “deslocamento de ênfase”, com efeito, propicia que em detrimento da máquina da transferência, motivada pela relação do sujeito suposto saber, não o escrito, mas o trabalho de escrita ganhe primeiríssimo plano; alíngua, e não a língua ou a linguagem, é aquilo que, do “significante como causa de gozo” pode devir sulco, ravinamento (LACAN 1971, p. 22), inscrição de algo que “retorna sempre ao mesmo lugar” na psicose. É o que, em Antibes, dirá Laurent ao asseverar que.

a única maneira de se assegurar que se fala uma língua (...) é fazer chover a chuva de interpretações (...) o que permite lavar mais sulcos. O uso que o psicótico faz de nossa presença é lavar mais uns sulcos do que outros. Nós temos que ajuda-lo, com método (MILLER 1999, p. 346).

Como secretários do alienado – e propiciadores do trabalho de testemunho e escrita do real na psicose – capital se faz, pois, debruçar-se sobre isso que nasce de alíngua, como enxame do significativo, mas que desliza rumo à cifragem do gozo e ao enlace com a alteridade. É preciso, ao secretariar, potencializar alíngua como veiculação suportável da singularidade daqueles que se encontram num para além, em relação à norma fálica,

mister se faz, assim, atingir o que de alíngua veicula o laço pelo *nonsense*; é preciso “aprender a aprender” a “alíngua de transferência”. Constituída a partir de casos clínicos apresentados em *Angers*, *Arcachon*, *Antibes* e, a noção de alíngua de transferência traz como particularidade o enlace não a partir do sentido e da suposição de saber, mas, sim, no trabalho de cifragem do gozo numa relação de parceria:

É por que o psicanalista se obstina a se fazer o destinatário de signos ínfimos do real de alíngua, sem se ocupar do sentido, que ele pode ter uma chance de se tornar o parceiro do psicótico em alíngua de transferência (MILLER, 1999, p. 168).

A função de secretariar o alienado, assim, encontra ampliados seus recursos no que, impossível de universalizar, paradoxalmente, faz laço. “Aluvião” de encontros do falante com o significante e o gozo, alíngua revela-se como possibilidade de concernir testemunho e escrita do “único” em casos onde a transferência se constitui não apenas “na ausência de um dos termos da crença” – motivada pela *Unglauben* –, mas também nos casos em que a articulação é mais uma direção “ quase assintótica ” que uma conquista realizada.

CONCLUSÃO

No processo de retorno ao debate no qual vimos emergir, em Lacan, o sintagma secretário do alienado, pudemos presenciar o *turning point* empreendido por ele na acepção deste termo: se J. P. Falret, autor deste termo, atribuía uma inatividade à tal posição, Lacan vê, neste modo de acolher a literalidade posta em cena pelo paciente – no processo de escrita de um impossível –, uma posição ética fundamental no manejo transferencial com a psicose. Para Lacan, secretariar o louco era, primeiro, se ater estritamente ao material depositado pelo psicótico; burlava-se, com isso, a compreensão excessiva – a atribuição de um sentido que, por não estar ali, apenas podia aparecer para o louco como uma forma de violência. Este manejo, cujas consequências são patentes, visa auxiliar no ofício *do sujeito* de ancorar, na psicose, significante, sentido e gozo.

Como secretário, trata-se de alojar para o louco como sujeito um lugar de implicação neste modo deveras particular de posição ante a linguagem. É

este o lugar que, ao acolher tal testemunho, o secretário busca de quem ele irá secretariar: a despeito de seu auxílio, cabe ao psicótico fazer-se implicado no modo de gozo que advém de uma posição que não é senão a dele. Se Freud não deixou de enxergar a implicação de Schreber em seu escrito, se Lacan, entra no discurso analítico reconhecendo Aimée na passagem ao ato, delírio e “escritos inspirados” trata-se, em Psicanálise, das consequências éticas envolvidas nesta função que é o saber-fazer com o inconsciente a partir da escrita.

Secretariar o alienado consiste, portanto, em sustentar, de um lado, um lugar de parceria, e, de outro, como polo de endereçamento, de modo a auxiliar o sujeito a ancorar o pulsional pela escrita e fundar, assim, outra forma de alteridade. Trata-se, sobretudo, em tal posição, de submeter-se ao real que se decanta no campo da experiência com a loucura. Este real, a forclusão, exige do analista um lugar bastante *sui generis*, sob pena de, ao não ocupá-lo, gerar-se efeitos nefastos. Dito de outro modo, o analista paga – muitas vezes com a moeda de seu mal estar –, o preço de buscar que algo da ordem do impossível possa se colocar, ali, através de seu desejo. O psicanalista também paga, renunciando ao lugar que o psicótico, como objeto de gozo, pode lhe demandar. Na contramão deste gozo está outra ordem de satisfação, aquela advinda do desejo do analista, ligada à autenticação que se pode conferir às construções que o psicótico deposita à medida que se constitui um laço mínimo de endereçamento.

REFERÊNCIAS

ALLOUCH, J. *Paranóia: Marguerite ou a “Aimée” de Lacan*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud Editora, 1997.

BLANC-SANCHEZ, M. “La parole confisquée: le secrétaire dans l’Italie des XVI^e et XVII^e siècles” in *Revue du Littoral, La part du secrétaire*, n. 34-35, Paris, 1992.

HANNA, M. S. G. F. *A transferência na psicose: uma questão*. 2000. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BASTOS, A.; FREIRE, A. B. Alíngua e a clínica com o falante. In: BASTOS, A. (Org.). *Psicanalisar hoje*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra-Capa, v. 1, p. 30-41, 2006.

FALRET, *Des maladies mentales et des asiles d'aliénés: leçons cliniques e considerations générales*. Paris, J. B. Baillière et Fils, 1864.

FREUD, S. (1894) "Neuropsicoses de defesa", in *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. vol. III. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1987.

_____. (1911) "Notas psicanalíticas sobre um caso de paranóia (*dementia paranoides*)" in *Edição Standard*, vol. XII, 1969.

JASPERS, K. (1913) *Psicopatologia geral*. São Paulo, Livraria Atheneu S.A., 1973.

LACAN, J. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1932/1987.

LACAN, J. (1956-57) "De uma questão preliminar a todo tratamento possível na psicose". In: *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1955-56) *O seminário: livro III. As psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

_____. (1972-73) *O seminário: livro XX. Mais ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. *Abertura da sessão clínica* (inédito), 1977.

LEGUIL, F. "*Lacan avec et contre Jaspers*", in *Ornicar?*, n. 48, Paris, Navarin. 1980.

MILLER, J.A. *La psychose ordinaire: La Convention d'Antibes*. Agalma, 1999.

ROUDINESCO, E. *História da psicanálise na França*, v. I e II, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

SAUVAGNAT, F. *Secrétaire d'aliené aujourd'hui* in *Ornicar*, Paris, 1999.

Lacan, secretary of the insane

Abstract:

This article aims a fleet exploration of the concept "secretary of the insane". Taking as reference the Lacanian conception on this handling with psychosis, we follow this author's track until the emergence of this expression within the J. P. Falret's psychiatric clinic. The present text cross, yet, the turning point that was, already in psychoanalysis, the Freudian's answer to Daniel Paul Schreber's book and the meeting of the own Lacan with his *princeps* case, Aimée, finding in the contemporary psychoanalytical concept of neo-transference an actualization of these discussion.

Keywords:

Secretary of the insane; psychosis; psychoanalysis; transference; neo-transference.

Artigo recebido em: 9/12/2009

Aprovado para publicação em: 25/8/2010